

PUC-SP COMEÇA A VIVER CLIMA ELEITORAL

Mas restrições introduzidas pela mantenedora fazem comunidade desacreditar do processo.

Mais uma vez a PUC-SP prepara-se para “escolher” seu novo reitor. Pelos campi da universidade espalha-se um clima eleitoral, com faixas dos candidatos e o tradicional corpo a corpo junto aos eleitores que votarão entre os dias 20 e 24 de maio.

Porém, a escolha de um novo reitor deixou de ser um processo universal de escolha, do qual toda a PUC-SP participa ativamente.

O primeiro grande golpe nas eleições da PUC-SP foi perpetrado em 2012, quando o Grão Chanceler da PUC-SP, Dom Odilo Scherer, deixou de escolher o candidato mais votado, como seus antecessores fizeram, e nomeou a última colocada no pleito, a professora Anna Maria Marques Cintra.

A eleição de reitor na PUC-SP foi regulamentada por Dom Paulo Evaristo Arns, na década de 1970, que instituiu a normativa da lista tríplice.

Dom Paulo fazia questão de afirmar que sempre optaria pelo candidato eleito pela comunidade, mesmo que pudesse ter visões diferentes do mais votado.

A mesma postura foi adotada pelo seu sucessor, Dom Claudio Hummes, que seguiu a vontade da comunidade expressa nas urnas.

Mas a praxe foi quebrada por Dom Odilo Scherer, em 2012, provocando uma grande mobilização da comunidade.

Este é o último processo eleitoral que será presidido por Dom Odilo, que, ao completar 75 anos, deverá se aposen-

tar. E mais uma vez, a comunidade espera que o candidato mais votado seja nomeado.

Restrição aos funcionários

Na última eleição para a reitoria um novo golpe seria desferido pela Fundasp quando deliberou que os funcionários ligados diretamente à mantenedora não poderiam mais votar.

Assim, cada vez mais a escolha de reitor da PUC-SP perde o seu caráter universal, que fez com que a universidade fosse pioneira entre as particulares de todo o país na escolha de seu reitor. O próprio processo muda de nome, deixando de ser “processo eleitoral”, passando a ser chamado de “consulta à comunidade”.

Em suas plataformas eleitorais, divulgadas na página da

Comissão Central Organizadora e nos encontros com a comunidade, os candidatos falam em “diálogo” para tentar reverter a atual situação de disputas entre a Fundasp e a comunidade. Porém, não se aprofundam em soluções efetivas para os problemas.

Mesmo assim, o professor Vidal Serrano Nunes Jr., da chapa Renova PUC, e o professor Marcio Alves da Fonseca, da chapa Nosso Tempo é Agora, mobilizam-se em encontros e debates com a comunidade para tentar convencer seus eleitores da potencial viabilidade de seus programas.

Nos dias 06 e 09 de maio, a AFAPUC realiza encontros entre os candidatos e os funcionários administrativos (veja as regras dos encontros na página 2 desta edição).

A APROPUC também prepa-

ra encontros entre os candidatos, que incluem a diretoria do Sinpro-SP, para conversar sobre as propostas de cada um com relação à Universidade e aos professores.

A Comissão Central Organizadora também realizará debates com os candidatos em todos os campi. Em Sorocaba, o encontro acontece no dia 07/05, às 13h no Auditório Maracanã. No campus Ipiranga, dia 08/05, às 10h., no auditório Dom Paulo Evaristo. Na Marquês de Paranaguá dia 13/05, às 10h., no auditório Central e no campus Monte Alegre, 14/05, às 10h. e 19h30, no Tuca.

O PUCviva estará acompanhando o desenrolar da campanha, que terá a sua definição no dia 24/05 com a apuração dos votos da comunidade.



ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

DIA 09/05 - 16H - ONLINE

Pauta:

- **Acordo Interno de Trabalho**

Para participar e obter o link da Plataforma Zoom, entre em contato com a APROPUC via WhatsApp pelo telefone (11) 3872-2685

Funcionários realizam assembleia sobre Acordo Interno de Trabalho

No encerramento desta edição estava programada pela AFAPUC uma assembleia para, entre outros assuntos, discutir o Acordo Interno de Trabalho, após devolutiva da Fundasp, frente às propostas encaminhadas pelos funcionários. Na próxima edição informaremos sobre as decisões da assembleia.

A AFAPUC têm, nos dias 06 e 09, dois encontros com a Fundasp, um deles para dar continuidade às negociações dos funcionários administrativos de São Paulo e da Faculdade de Medicina, e outro para tratar das reivindicações dos trabalhadores do Hospital Santa Lucinda.

Na reunião ocorrida nesta semana, os funcionários receberam do secretário-exe-

cutivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, a informação de que no pagamento de abril, a ser pago em maio,

Os professores do ensino superior de São Paulo e uma parte dos trabalhadores administrativos desta categoria, estão reivindicando 3,44% de reajuste inflacionário, mais 2% de aumento real. As assembleias decidiram também pela reivindicação de participação nos lucros e resultados ou abono especial (24% do salário mensal bruto); vale-refeição e/ou vale-alimentação; piso salarial para os docentes; regulamentação

dos trabalhadores da PUC-SP receberão, a título de antecipação salarial, um acréscimo de 2% em seus salários.

Sinpro-SP prossegue com as negociações do acordo salarial docente

das disciplinas EAD em cursos presenciais; licença maternidade de 180 dias e paternidade de 20 dias.

As negociações continuaram durante a semana mas até o fechamento desta edição não havia informação de convocação de nova assembleia.

A APROPUC também realiza assembleia para discutir o Acordo Interno dos Docentes, no dia 09/05, às 16h., em caráter virtual pela plataforma Zoom.

AFAPUC realiza encontro com os candidatos à reitoria

Seguindo a deliberação da assembleia de 10/04, a AFAPUC realizará dois encontros com os candidatos à reitoria. O professor Vidal Serrano Nunes Jr. se encontra com os funcionários no dia 06/05 e o professor Marcio Alves da Fonseca no dia 09/05. Ambos os encontros acontecem às 14h no auditório 239.

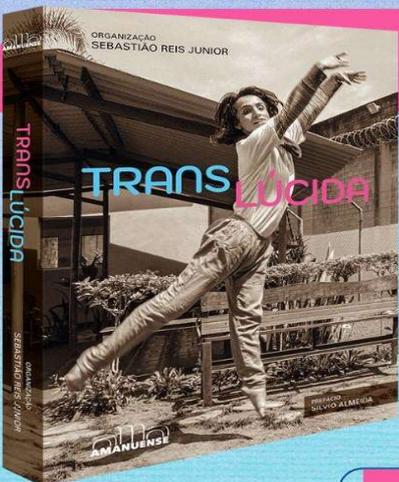
Os encontros serão presenciais, mas a AFAPUC disponibilizará um link de acesso pela plataforma Teams. Os associados receberão o link para a participação 24 horas antes do evento. Não associados que desejarem participar de forma online deverão solicitar o referido link aos seus pares.

Cada encontro terá a duração de duas horas. A programação será composta pela abertura (5 minutos); explanação do candidato sobre o seu plano de gestão (15 minutos); resposta do candidato às perguntas do corpo administrativo (01h) com 3 minutos para cada resposta; e encerramento (10 minutos – 5 para o candidato e 5 para AFAPUC).

Todos que desejarem fazer perguntas aos candidatos deverão enviar por escrito e não haverá a obrigatoriedade de identificação. As perguntas deverão ser enviadas ao e-mail da AFAPUC (afapuc@gmail.com) até às 23h59 do dia 30/04 para o primeiro encontro e até às 23h59 do dia 6/05 para o 2º encontro.

ENCONTRO





TRANSLÚCIDA

Bate-papo com o ministro Sebastião Reis Junior, do STJ, seguido de sessão de autógrafos.



SEBASTIÃO REIS JUNIOR

Parceria: Setores de Direitos Humanos e LGBTI+ do MST.

10 de maio, sexta, às 19h



Livraria Expressão Popular

**LOCAL: Livraria Expressão Popular
Alameda Nothmann, 806
Campos Elísios, São Paulo**



ATL- Acampamento Terra Livre X Acumulação Primitiva do Capitalismo

O texto abaixo foi enviado ao PUCViva por Givanildo M. da Silva-Giva, a íntegra da publicação está em <https://correiocidadania.com.br/2-uncategorised/15889-acampamento-terra-livre-x-acumula-cao-primitiva-do-capitalismo>.

“O vigésimo encontro da ATL-Acampamento Terra Livre, acabou sem grandes saldos para o movimento indígena, assim alardeiam os grandes jornalões. Difícil discordar dessa constatação, porém, os jornalões não aprofundam o porquê dessa falta de avanço. Ao invés disso, preferem ficar na superficialidade, na constatação fácil e trivial: responsabilizar o Governo Lula. Dessa forma, vemos a grande mídia trabalhando em seu “habitat natural”: desgastar esse governo, em suas claras fragilidades com seus compromissos históricos.

De qualquer maneira, de uma coisa nós sempre soubemos: a grande mídia trabalha com a possibilidade de construir um candidato totalmente refratário à efetivação dos direitos dos povos indígenas. (...)

Sabemos que a criação de um Ministério para tratar dos assuntos dos povos indígenas não foi só “qualquer coisa”. Contudo, a fragilidade em garantir direitos vem se mostrando de forma clara. Um claro exemplo disso é a promessa não cumprida de demarcar 14 territórios em 100 dias de governo.

A Realpolitik atropela o direito, atropela direitos e a razão, muitas vezes, porque sua lógica é de contemplar interesses de grupos com maior poder. (...)

A primeira tarefa é entender que o processo de reprodução do capitalismo tem como base a Acumulação Primitiva-Orinária permanente, que sua expansão foi destrutiva ao longo da história para os povos indígenas e outros grupos que estivessem fora da lógica de sua reprodução. A violência de todas as ordens, a espoliação, o saque e a desumanização, sempre foram características do colono-capitalismo,

que, sabemos, continuam presentes no cotidiano dos povos. Não é à toa que muitos povos desenvolveram doenças de guerra.

A existência dos territórios indígenas ou formas de relação não-capitalista, existem para atender as demandas do próprio sistema colono-capitalista, aplicando a sua lógica. O grande exemplo mais visível é o território Yanomami, que foi demarcado e homologado em 1991 e hoje se encontra sob forte ataque. Não precisamos ir muito longe para descobrir quem são os beneficiários dessa espoliação. Algumas bem conhecidas e outras nem tanto, H Stern, Gold Joias, a DU Gold, Naza Joias, Itaituba Metais, Dillon, a Carol, a FD’Gold e a Coluna. (...)

Essa lógica já alterou a nossa dinâmica e a dinâmica dos diversos povos pelo planeta. Aliás, não só alterou como destrói, como temos percebido no nosso cotidiano, a urgência climática é o grande alerta! Essa é a conjuntura e o avanço da extrema direita, que tem na exploração da terra, os seus mais ardorosos quadros, nos colocando como seus principais inimigos, junto com os Quilombolas, MST e grupos que se organizam a partir da terra, que impôs derrotas na organização dos Ministérios dos Povos Indígenas e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que colocam os Ministérios em uma condição quase simbólica e com poder real aquém dos desafios dessa quadra histórica.

Esses retrocessos se encontram principalmente no âmbito do legislativo, que tornou o governo refém, que permite só uma acanhada pauta econômica, e avança contra as pautas dos direitos, principalmente nos dos indígenas, com acusações etnocidas de que os indígenas são “falsos índios”, propondo inclusive projetos de lei nesse sentido, exemplo é o projeto de lei do marco temporal aprovado.

Não podemos esquecer que o de-

bate e defesa do Marco Temporal tem início no campo do direito, que o mesmo legitima questionamentos sobre as identidades indígenas.

Quais são os nossos desafios, diante de todo esse retrocesso?

- Solicitar ao IBGE a desagregação dos dados da distribuição dos indígenas em todo território, para saber onde estamos e, dessa forma, podermos planejar as nossas ações;

- Fazer uma profunda reflexão sobre o que significou o processo de apagamento, entender seus processos e reivindicar o direito à história e a memória, principalmente daquelas e daqueles que estão impedidas/impedidos de acessá-las;

- Promover campanha de abertura de arquivos das igrejas gratuitamente para que a história de grupos sejam restauradas, bem como fazer campanha de repatriação de objetos e documentos dos diversos países pelo mundo para que tenhamos acesso pleno à nossa história;

- Fazer campanha pela Comissão de direito à memória-história e verdade permanente dos povos indígenas;

- Defender ampla revisão histórica da presença dos povos indígenas, no pensamento em todas as áreas e em todo processo histórico;

- Acumular informações sobre a escravização indígena em todo período colonial, império e república;

- Defender que o estado português além dos reparos da invasão territorial, defendido pelo Presidente de Portugal, ocorram sobre as diversas violências; mortes, estupros, escravização entre outras dos povos indígenas;

- Construir espaços de formação política para as lideranças e fomentar novas lideranças;

- Promover amplos encontros para pensar a política do conjunto do movimento indígena;

- As entidades indígenas devem se fazer presentes nas diversas lutas dos outros setores. Isto é, para que a luta indígena tenha força,

precisa transversalizar e ser solidário com outras lutas;

- Fazer um esforço de capilarização do debate sobre a importância da luta indígena do ponto de vista da preservação da vida, porém, é fundamental que sejam colocadas questões importantes, como a história de luta dos povos indígenas;

- Inserir o racismo estrutural contra indígenas;

- Incorporar as entidades, grupos e coletivos de indígenas que estão no contexto urbanizado, nas dinâmicas da luta indígena, o que amplia o poder de mobilização em e com os setores urbanos dos movimentos;

- Refletir e acumular sobre estado pluriétnico;

- Escolher partidos que tenham em seu programa e em suas práticas a defesa dos direitos dos povos indígenas e participar ativamente dos processos eleitorais, apoiando candidaturas indígenas onde houver lideranças que assumam esse papel, ou candidaturas de apoiadores, quando não houver candidaturas indígenas;

- Defender os direitos humanos da natureza;

Essas são algumas reflexões de caminhos possíveis para o fortalecimento da luta indígena, sabendo que a nossa existência e forma de vida é contraditória com o colono-capitalismo. Portanto, toda e toda indígena é anticolonialista e anticapitalista. (...) Talvez os povos indígenas e as e os indígenas, sejam o setor mais importante nesse momento da história da humanidade. O futuro não é ancestral por uma ingenuidade de síntese, mas porque a humanidade precisa urgentemente repactuar a sua relação com a natureza para pensar em sua própria existência, essa necessidade nos coloca na centralidade dessas reflexões e ações para tentar reverter a Queda do céu”.

Givanildo M. da Silva-Giva, indígena em contexto urbano, membro da aliança MultiÉtnica da PB, coordenador da Tv Imbaú.

Professores manifestam seu repúdio à repressão aos estudantes nos EUA

A polícia norte-americana agiu com violência contra os estudantes que protestavam em vários campi universitários contra o genocídio praticado pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza. A selvageria com que a repressão norte-americana tem dispersado os protestos tem sido alvo de críticas em todo o mundo, principalmente pela quebra da autonomia universitária. Abaixo transcrevemos a nota do Andes-SN sobre os fatos desta semana. A APROPUC também repudia a selvageria que escancara a posição imperialista em favor do Estado de Israel.

NOTA DE SOLIDARIEDADE E APOIO DA DIRETORIA DO ANDES-SN ÀS LUTAS DO(A)S ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES DOS EUA CONTRA O APARTHEID E O GENOCÍDIO PRATICADO PELO ESTADO DE ISRAEL

“Saudamos a luta internacional para fazer dos campi universitários territórios livres de apartheid. Em várias universidades dos EUA têm acontecido, nestes últimos dias, atos protagonizados,

principalmente, por estudantes em solidariedade ao povo da Palestina, e em repúdio ao genocídio praticado pelas forças sionistas do Estado de Israel em territórios palestinos, especialmente na Faixa de Gaza.

Na Universidade de Columbia, estudantes organizaram um acampamento pacífico no gramado em um dos seus campi. O protesto, contra o investimento financeiro contínuo da universidade em empresas que beneficiam o apartheid israelense, o genocídio e a ocupação militar da Palestina, foi reprimido pela polícia e mais de 100 estudantes foram detido(a)s.

Eventos semelhantes têm acontecido no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, no Emerson College, na Universidade do Texas em Austin, na Universidade de Michigan e na Universidade da Califórnia em Berkeley. Nesta última, a polícia também deteve quase 100 manifestantes após uma ordem de dispersão. Na Universidade de Yale foi detido um grupo de aproximadamente 45 manifestantes. Nove pessoas fo-

ram presas no campus Twin Cities da Universidade de Minnesota, após formar um acampamento. No Emerson College, em Boston, um grupo de 100 manifestantes foi preso durante um protesto pró-Palestina.

O establishment político, econômico e cultural dos EUA tem frequentemente acusado o(a)s militantes contrário(a)s ao sionismo de características racistas, imperialistas e fascistas e à política de apartheid imposta à Palestina, de antissemitismo, acusação absolutamente inverídica. Com este argumento, a polícia tem apelado à violência contra o(a)s manifestantes, na sua grande maioria, estudantes universitário(a)s.

Vale lembrar, para valorizar ainda mais as lutas das e dos estudantes estadunidenses, o recente veto isolado do governo dos EUA no Conselho de Segurança da ONU à proposta de reconhecer o Estado da Palestina como membro pleno da comunidade internacional.

Desde o ANDES-SN, saudamos esta crescente mobilização estudantil e universitária nos EUA, que denuncia a po-

lítica colonialista do Estado de Israel e a prática de genocídio que, como aprovado no nosso último congresso, luta por fazer dos campi universitários ‘territórios livres do apartheid, não estabelecendo relações acadêmicas com instituições vinculadas ao Estado de Israel e rompendo com as já existentes’. O caminho da luta pelo cessar-fogo e pela autodeterminação do povo palestino precisa ser reforçado e ampliado. As ações do(a)s estudantes nas universidades dos EUA são um exemplo a ser seguido para denunciar a prática de genocídio e o apartheid cometidos pelo Estado de Israel sob o governo reacionário de Benjamin Netanyahu.

Redobramos a exigência do imediato cessar-fogo e o ingresso de ajuda humanitária para a população da Faixa de Gaza. Reafirmamos a defesa do povo palestino, da luta pela sua autodeterminação e reconhecimento internacional, e reiteramos”.

**NÃO É GUERRA,
É GENOCÍDIO**

Diretoria do Andes-SN

Greve dos professores federais entra na sua terceira semana

Os professores e funcionários federais prosseguem sua greve que já dura 17 dias. O movimento se amplia e agora são 39 instituições em greve e outras 11 que deverão engrossar o movimento.

Os manifestantes organizaram uma série de atividades para dar continuidade ao movimento. Os docentes participaram das manifestações

do Primeiro de Maio em vários estados, cobrando abertura de negociação efetiva e valorização da categoria e da Educação Pública.

Durante o ato em Brasília, o presidente do ANDES-SN, Gustavo Seferian, ressaltou a importância da luta empreendida por docentes, técnicas e técnicos administrativos em defesa da Educação Pú-

blica. “Essa é a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação para construir um outro futuro para o Brasil, em que todo servidor seja respeitado e que a Educação pública seja valorizada, em que possamos ter soberania, desenvolvimento científico, tecnológico, construção de uma Educação crítica, longe de

toda a forma de opressão, exploração, destruição da humanidade e da natureza. É para isso que estamos aqui em luta, para pressionar o governo federal para, enfim, nos trazer uma resposta efetiva à campanha salarial de 2024 e a necessidade de investimentos públicos nos nossos aparelhos de Educação”.